

A REALIDADE LINGÜÍSTICA BRASILEIRA*

O mito da unidade e sua manipulação

Nelson Rossi

0. Aceitar falar desse tema, na minha opinião, é ainda hoje uma temeridade: corresponde a aceitar falar sobre um *objeto* mal, assistemática e fragmentariamente conhecido. Das causas e condicionamentos desse prolongado estado de coisas tenho-me ocupado com tanta freqüência que custaria um certo esforço evitar repetir-me. Portanto, dupla temeridade. Mas, ou aceitamos ser temerários ou não saímos do círculo em que nos vemos encerrados. Para evitar, ou, pelo menos, atenuar o que possa ocorrer de repetitivo no que vou dizer, tomo como ponto de partida dois textos recentes que se vinculam ao tema: o livro de SÍLVIO ELIA *A unidade lingüística do Brasil*. Condicionamentos geoeconômicos (Padrão Livraria Editora, Rio, 1979, 261 p.) e o artigo de PAULO A. FROELICH "Brasil - língua padrão ou diglossia?" (*Revista de Letras*, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, SP, vol. 17, 1975, p. 165-177). Tomo-os por me parecerem ilustrativos de dois pólos, de duas vertentes que não excluem outras, desculpendo-me ante os que já os conhecem - por repetir o que já sabem; ante os que não os conhecem - por lançar mão de fragmentos que talvez prejudiquem uma visão global desses textos e justificando-me com a complexidade do problema, com a imprevisibilidade do público a que falaria e com a exigüidade do tempo de que dispomos, o que somado impõe alguma forma de "redução" esquemática. Essa foi a melhor que me ocorreu.

(*) A quem quer que a leitura deste texto venha a ser de alguma utilidade, rogo creditar essa não a mim, mas à memória de minha filha Eny Rossi Mendo de Mendonça.

1. Logo na abertura do prólogo, SÍLVIO ELIA menciona a “realidade esplêndida de uma unidade lingüística, quer ao nível culto quer ao popular” (p.9). O que se propõe é “fazer emergir os fatores que, ao longo do tempo, favoreceram a unidade lingüística de nosso país” (p.10), “percorrer as linhas de força que... foram urdindo as malhas dessa unidade” (*ib.*) em relação à qual “verifica-se que a nossa proclamada unidade lingüística decorre de iniludível vocação histórica do povo que somos e temos sido através dos séculos” (*ib.*). Mas antes mesmo de encerrar o prólogo, o leitor benévolo a que se dirige lê: “A esse conjunto de fatores de ordem material e espiritual que se entrelaçam e entrelaçaram para, em determinadas conjunturas espaciais e temporais, constituírem o mapa dos nossos falares, é que chamamos a *realidade lingüística brasileira* (p.11, grifo no original)”. “E” (acrescenta em seguida), “a nosso ver, uma das tarefas que se impõe com urgência aos lingüístas pátrios é a de estudar com segurança e carinho essa realidade etno- e sociolingüística.”

1.1 Ora, se essa realidade é apresentada de saída como a de uma “notável unidade da língua portuguesa no Brasil, quer na sua feição culta, quer na popular” (p.12), “de norte a sul e de leste a oeste” (p.13), se essa *realidade esplêndida* “é uma verdade também facilmente comprovável” (*ib.*) e “esse resultado irreversível” (*ib.*), qual a *urgência* de estudá-la? Além disso, como fazê-lo com *segurança* ou sem ela, com *carinho* ou sem ele, numa perspectiva *etno e sociolingüística*, se se admite que haja culturas superiores e inferiores, o que faz o autor “sem temor da pecha de ‘etnocentrismo’” (p. 15), se se admite que “é uma questão de fato a existência da hierarquia de culturas” (*ib.*) e que, “foi, portanto, a superioridade axiológica e pragmática da cultura ocidental que levou à vitória da língua portuguesa no Brasil sobre as suas *concorrentes* [grifo meu] indígenas e africanas” (p. 18)?

1.2 “As línguas são produto e veículo das culturas”, diz o autor (p.15) e a isso se poderia aplicar, digo eu, a observação que fez ao princípio da “unidade na diversidade e da diversidade na unidade”: *é communis opinio*. Pergunto-me, então, se admitir hierarquia de culturas não implica admitir hierarquia dos *produtos e veículos* respectivos e, *ipso facto*, hierarquia de línguas? Isso, explicitamente pelo menos, o autor não faz. Anda, porém, por perto, com relação às variedades de uma língua, quando afirma: “Não há nenhum sentido, por conseguinte, em estimular o fortalecimento dessas falas populares [assim mesmo, no plural, apesar da “notável unidade”] em detrimento da língua nacional brasileira” (p. 18). Como o trecho segue imediatamente o que transcrevi no parágrafo anterior, é possível que por “falas populares” esteja designando as a que antes chamou “concorrentes”. Quer seja assim, quer não, parece-me que a questão está mal colocada: não se trata de estimular o fortalecimento de variedades populares existentes, ou o que escapou à repressão etnocida e ainda existe de línguas indígenas ou de origem africana *em detrimento da língua nacional brasileira*. Trata-se de reclamar o respeito (o reconhecimento de sua existência está implícito no autor *malgré lui*) que lhes é devido, quando nada (como se diz no dialeto baiano) por representarem matrizes e traços delas resultantes “do povo que somos e temos sido através dos séculos” - nas palavras já citadas do autor. O que de modo nenhum envolve

obrigatoriamente o risco de atentado contra a tão proclamada e encarecida, mas a meu ver, como "notável" nada pacífica, unidade da língua portuguesa no Brasil.

1.2.1 "Nem existe nenhuma reivindicação desse teor entre as partes presumivelmente interessadas. Não tenho conhecimento de nenhum grupo lingüístico entre nós que prefira manter o seu falar socialmente desprestigiado em vez de esforçar-se por adquirir o domínio da língua padrão", é o que se lê em seguida na mesma página (18). Ora, é sabido que o normal nas relações de dominação é a coincidência entre a ideologia do dominador e a do dominado, porque o processo de dominação elabora, para legitimar-se, uma ideologia sem a qual não teria como sustentar-se e não deixa, enquanto vige, alternativa ao dominado, que até construir a sua própria só dispõe da que lhe é imposta, como (por sinal falacioso) instrumento da chamada 'ascensão social'. Sabem-no, ou intuem-no, melhor talvez do que antropólogos e sociólogos, os segmentos mais conscientes dos povos colonizados e as classes dominantes dos povos colonizadores. O que se reclama é precisamente que nenhum 'falar' seja *socialmente desprestigiado*, que nenhum *grupo lingüístico* seja discriminado por necessidade maior do que a de outro de "esforçar-se" por *adquirir o domínio da língua padrão* (admitindo, por ora, que ela exista com uma definição consistente). Ou, no mínimo, que essa necessidade seja reconhecida como o que de fato é: consequência injusta, por discriminatória, de uma típica relação de dominação. Esse reconhecimento é o passo primeiro, a *conditio sine qua non*, para uma política lingüística no Brasil que se possa considerar realmente democrática.

1.2.2 Não posso furtar-me a novas citações: "Quantos afro-negros desejaram passar a falar nagô ou quimbundo?"; pergunta o autor. "Se assim o fizessem, seriam mais africanos que brasileiros, o que só poderia prejudicá-los" (p.18). Mais uma vez a questão me parece mal colocada. Como é retórica, a pergunta 'quantos', tal como está formulada, só comportaria a resposta 'nenhum'. Nem afro-negros, nem qualquer pessoa com qualquer outra ancestralidade, dotada de elementar bom-senso. Mas a questão não está em *passar a falar*, que eles sabem melhor do que ninguém quanto os *prejudicaria*, e sim preservar na sua identidade cultural o componente étnico de negros ou descendentes de negros, sua herança cultural particular, direito que - salvo em conjunturas muito especiais, como a da II Guerra Mundial a partir de 42 - a ideologia oficial não contesta e cujo exercício não dificulta a outras etnias e seus descendentes que não considere *inferiores* nem explícita nem implicitamente. Cabe lembrar, a propósito, que o culto dos antepassados, aos *orixá* e aos *egun*, só no último governo da Bahia, portanto há menos de cinco anos, teve suspensa a exigência de a cada cerimônia pública solicitar autorização policial. E se há no aparelho de estado uma agência cuja função repressiva não vejo como contestar, é a polícia. Que, no caso específico, recebeu com estranheza, confessada sem rebuços e nada menos que ofensiva à parcela negra dessa cultura tão brasileira quanto qualquer outra, a suspensão daquela exigência.

1.2.3 Sou forçado a continuar citando e trancrevendo: "Todos eles ["os nossos negros de quatrocentos anos"] falam perfeitamente o português e estão satisfeitos que assim seja. Estranhamente surpreendidos ficariam, se nós lhe ace-

nássemos com a possibilidade de trocarmos a sua língua nacional e materna (o português do Brasil), por um dialeto iorubano ou angolano. Com razão julgariam que se estaria pretendendo reconduzi-los a uma condição de inferioridade já superada” (p.18). A insistência numa hipótese tão absurda, agora com *trocar por*, chega a causar estranheza. E parece sintomático que quem escreveu pouco antes “mas hoje a integração social dos negros na comunidade brasileira é, para honra nossa, fato irreversível” (p. 16) oponha explicitamente *um nós* a *um eles*. Outra coisa: sem a profissão-de-fé etnocêntrica antes mencionada, seria temerária a hipótese, mas não com ela, de se entender a *condição de inferioridade já superada* como relacionada à hierarquia português do Brasil/dialeto iorubano ou angolano, e não à condição de a-cidadania (do escravo), ou subcidadania (do liberto). Insistindo em que não se trata de *trocar*, ou de propor *alguém* a *outros*, mas de respeitar matrizes (e seus resultados) étnicas e culturais, cabe lembrar a propósito que a Universidade Federal da Bahia oferece desde 1960 — não sei no momento se ou com que periodicidade — cursos livres, abertos, de iorubá. No- turnos e pagos. No atual estão inscritos cerca de sessenta alunos, nem todos — aí sim, penso, *para honra nossa* — negros ou descendentes de negros. (Sei que também aqui em São Paulo, pelo menos recentemente, se têm oferecido cursos e se publicou um livro em 1978 para aprendizes de iorubá, mas não disponho de dados a respeito.) O que, sem constituir ameaça nenhuma a sua “língua nacional e materna”, prova o interesse pela preservação das matrizes citadas.

1.4. A alegada “hierarquia de culturas” reaparece na página 29 (“Como portugueses, luso-descendentes, mestiços integrantes das classes dirigentes, eram portadores de uma cultura superior (porque já desenvolvera um tipo de civilização)... e, linhas abaixo, “foi a língua dessa cultura superior que se tornou a língua nacional do Brasil...”; na página 150 (“Esses elementos preservadores da superior cultura portuguesa sempre existiram...”); na página 234 (“Existe um tipo de falar crioulo que consiste na deturpação e simplificação de uma língua-base, quando falada por aloglotas de estágio cultural inferior (ao dos padrões ocidentais, naturalmente)” e na página 238 (“... deturpação e simplificação extrema de uma língua, veículo de expressão de uma civilização superior, acrescentamos nós”). A da “unidade lingüística”, como é natural, a cada passo, por exemplo na página 135 (“Unidade política, unidade espiritual, unidade idiomática”), na página 139 (“No que diz respeito à Morfologia e Sintaxe, a unidade lingüística do Brasil é quase perfeita” e, abrindo o parágrafo imediato, “Há, pois, uma real e proclamada unidade lingüística no território brasileiro”), na página 155 (“... tornou-se a migração pecuária o grande fator sócio-econômico da unidade nacional. E, em consequência, também da unidade lingüística”), na página 157 (“Por conseguinte, essa linguagem rural brasileira, de notável unidade, ...”), duas vezes nas seis últimas linhas do texto, linhas que transcrevo na íntegra: “E essa norma é comum a todos os brasileiros constituindo a unidade de nosso idioma motivo de desvanecimento. Carecem, pois, de fundamentação científica e de simples bom senso quaisquer tentativas, diretas ou indiretas, de fragmentação dessa benfazeja unidade, ainda que a título de uma *soi disant* liberalização do idioma” (p. 246).

1.5 Essa tão enfatizada e encomiasticamente adjetivada unidade, que por sinal, mesmo num livro dedicado a ela, aos seus condicionamentos geoeconômicos,

não impede o autor de “dar alguns exemplos” de diversidades regionais de pronúncia (p. 138 e, de certo modo, 149, para /λ/::/J/) e mencionar outras de vocabulário (p. 138-139), nem de reconhecer que “possui o dialeto caipira traços lingüísticos que lhe são próprios, i.é., não encontráveis em outras áreas dialetais [sic] brasileira[s]” (p. 154) (excluo a passagem “cremos ser possível distinguir duas grandes áreas lingüísticas em nossos falares interioranos: a *caipira*, para a modalidade sul, e a *matuta* para a modalidade norte (nomes que agora propomos)” (p. 150), por parecer mais provável reportar-se ela a uma sincronia passada do que à sincronia atual) — essa tão enfatizada unidade, repito, é, como se vê e se existe, circunscrita ao português do Brasil. O que suscita uma indagação inevitável sobre as línguas dos índios que ainda resistem aos quatrocentos anos de etnocídio nunca interrompido, possivelmente menos cruel mas tão irresponsável, se não mais, hoje quanto no passado, e sobre as línguas minoritárias de origem européia ou asiática. Inevitável, porque o livro não anuncia (no título) não se propõe (no prólogo) desenvolver um estudo dessa unidade assim circunscrita, mas da *unidade lingüística e do Brasil*, considerada uma “realidade esplêndida” (p.9, já citada).

1.5.1] Volto, para maior garantia de fidelidade, a transcrever: “Quanto aos índios desgraçadamente tiveram destino diverso [do dos negros, entenda-se]: assistimos a uma destruição progressiva das tribos indígenas, o que é um dado triste da nossa política antropológica” (p.16). A julgar pelo texto em sua totalidade e pelas amostras que dele venho dando, “desgraçadamente” para *eles* mas não para a “esplêndida unidade [do português do Brasil] de Norte a Sul, de Leste a Oeste” (na ‘orelha’ da contra-capa, não assinada mas sem sombra de dúvida redigida pelo autor), na qual ele vê “motivo de desvanecimento” (p.246, já citada) e da qual esse *dado triste* constitui um preço a pagar. Mas como essa destruição — graças a Deus e para honra quer dos sobreviventes quer dos que não a endossam nem direta nem indiretamente — ainda não se completou, torna-se impossível silenciar de todo sobre a existência, em nossa sincronia, de línguas indígenas. Incômodo para a ideologia da unidade lingüística? Nem tanto, pois o autor resolve serenamente o problema na ‘orelha’ citada: “O que possa restar das antigas línguas indígenas e africanas são bolsões inexpressivos”.

1.5.2 Pelo mesmo processo, *mutatis mutandis*, descarta-se das línguas minoritárias de procedência européia ou asiática: “E quanto às línguas dos povos imigrantes — de que o presente livro não cogita — tendem sempre a se deixar absorver pela língua oficial do Estado brasileiro” (na ‘orelha’ citada).

1.5.3 Assim, como os primeiros não passam de *bolsões inexpressivos* e as segundas *tendem a se deixar absorver*, nada mais fácil depois da citada profissão-de-fé etnocentrista do que afirmar: “O Brasil, portanto, é um país unilíngüe” (sempre na citada ‘orelha’). Curioso país unilíngüe, digo eu, em que se falam numerosas (nem se sabe quantas) línguas tipológicas e filogeneticamente muito diversas. Quanto a vir a sê-lo, no futuro, é razoável admitir como provável e até como desejável — a depender do preço que custe à consciência coletiva e da orientação que assumo o processo. Entretanto, o futuro. . . bem, o futuro só a Deus pertence.

1.6 A essa longa mas necessária ilustração do primeiro dos dois pólos (ou vertentes) que mencionei aplicam-se as palavras com que abri o simpósio 'Línguas minoritárias no Brasil', por mim proposto à 28ª Reunião Anual da SBPC (Brasília-DF, 1976) e igualmente por mim coordenado, na qualidade de presidente da Associação Brasileira de Linguística. (As quatro comunicações — "Langues africaines", por JEAN-PIERRE ANGÉNOT, "As línguas minoritárias de origem européia", de PAULINO VANDRESEN, "Aspectos do bilingüismo na colônia japonesa", de MARY A. KATO e LEILA BÁRBARA e "Línguas indígenas" de CHARLOTTE EMMERICH — podem ser lidas no vol. I de *Simpósios* realizados naquela reunião, publicado aqui em São Paulo em 1978, de p. 89 a 113). Aplicam-se, convém acentuar, não apenas à postura relativa às línguas minoritárias, de que se ocupou o simpósio, mas a relativa ao livro em sua totalidade e de que o percorre de ponta a ponta (ou de 'orelha' a 'orelha'). Sou forçado a transcrever o que disse então: "A observação de Martinet [seria tempo de restabelecer o equilíbrio entre o estudo da 'convergência' e o da 'divergência' lingüísticas] refere-se a uma predominância [em 1953] na investigação lingüística do estudo da divergência em desfavor da convergência e cita os esforços contra esse desequilíbrio, de HUGO SCHUCHARDT, a quem a tradição atribui ter formulado de maneira expressiva o princípio da 'unidade na diversidade e diversidade na unidade' como característica essencial de uma língua. Creio que no Brasil, ao contrário, é a convergência, a unidade, que tem predominado na preocupação dos lingüistas, que com as inevitáveis exceções negligenciam ou minimizam a relação de pressuposição recíproca em que ela se encontra com a diversidade (Ver E. HAUGEN, *Dialect, language, nation. American anthropologist*, 68 (1966) 922-935. Reproduzido em J.B. Pride-Janet Holmes (eds.), *Sociolingüistics*. Penguin Books, 1972 e 1974). Relação essa [de pressuposição recíproca] que a nosso ver impõe, para o real conhecimento de uma, o reconhecimento e o domínio da outra. Parece-nos que razões extra-científicas, mais freqüentemente implícitas do que explícitas, têm obscurecido, ainda que de boa fé, nossa realidade lingüística. De fato, se em termos relativos justificasse a qualificação de 'espantosa' que não raro se atribui à 'unidade lingüística' do Brasil, mais espantoso pareceria que nos faltasse a diversidade que como disse ela pressupõe. Mais espantoso não só no plano teórico ou lingüístico-formal *stricto sensu*, mas também no plano histórico-social, dadas as características indiscutivelmente pluriculturais tanto de nosso passado quanto de nosso presente. Esse pluriculturalismo talvez universal quanto às origens mas certamente menos remoto em umas sociedades que em outras, entendo que deve ser reconhecido como componente de nossa identidade nacional. Reconhecido e estudado como essencial, não como episódico, esporádico ou aleatório" (op. *laud.*, p. 88).

2. PAULO A.FROELICH, em seu artigo impresso em 1976, exclui sumariamente a hipótese de "cidadania totalmente monolíngüe": "O Brasil não poderá ser incluído neste primeiro item pelo fato de sua população apresentar uma base lingüística relativamente divergente. Como veremos adiante, um exame minucioso revelará fatos surpreendentes" (p.166). Antecipo (em atenção a quem não conhece o artigo): os fatos só serão *surpreendentes* para o observador pouco atento, desinformado ou comprometido com a/pela ideologia da "esplêndida unidade". E logo adiante: "Preliminarmente gostaria de dizer que ao lado da *aparente* uniformi-

dade da situação lingüística no Brasil há realmente *muita* diversidade, especialmente se prestarmos atenção aos detalhes” (p. 167; os grifos são meus).

2.1 Como o artigo se propõe “enquadrar a situação lingüística do Brasil em uma [“diglossia”] ou em outra [“língua padrão”] das possibilidades” (p. 166), e como “todas [as línguas naturais] são constituídas por conglomerados de variedades com maior ou menor grau de homogeneidade” (p. 168), para o autor “O que é importante saber com relação ao Brasil é se há alguma padronização de comportamento lingüístico entre as variedades, e se existem, realmente, duas variedades claramente distintas no português do Brasil. O nosso ponto de vista, que pode ser sujeito à crítica, é que há realmente duas variedades bem nítidas de comportamento lingüístico no Brasil, como também um reconhecimento público da existência dessa diferenciação” (*ib.*). Essa conclusão, à qual acrescenta no último parágrafo: “Dentro da realidade brasileira, especialmente diante da imensidão do território, e a falta de recursos para impor em escala nacional uma língua padrão realmente viva, o Brasil terá que continuar com uma situação de diglossia” (p.177), baseia-se em doze considerações (p.176-177) sobre o confronto “entre a forma ou variedade chamada de coloquial (também chamada de inculta, familiar, popular, ou rural, ou ainda rotulada por outros nomes) – mesmo aquela usada pelas camadas mais cultas da nossa sociedade – e a forma ou variedade erudita (também chamada de culta, gramatical, normativa, e por outros nomes)” (p.168), à luz dos nove itens (função, *status*, herança literária, modo de aquisição, padronização, estabilidade, gramática, léxico e fonologia) propostos por FERGUSON no já clássico artigo “Diglossia” (*Word* nº 15, p. 325-340), incluído em DELL HYMES (ed.) *Language in Culture and Society*, p. 429-439 e, em tradução, em M^ª STELLA V. FONSECA & MOEMA F. NEVES (orgs.), *Sociolingüística*, Rio, s.d. mas anterior a 1975, p. 99-118) para “caracterizar a diglossia” (p. 100 da tradução).

2.2 Antes de prosseguir, suponho necessárias duas palavras sobre o “reconhecimento público da existência dessa diferenciação”. Estaria esse reconhecimento, para o autor, (que não o diz explicitamente), segundo me parece, nos comentários do tipo “não sabe português” ou “não tem redação”, “não sabe redigir”, referidos nas p.170 (a propósito de *status*) e 176-7 (na última das doze considerações citadas) como equivalente a não saber “o português erudito” ou não ter “capacidade para redigir em português erudito, ou gramatical” (p.170) e não “incompetência de falar a língua em si” (p.176-7). Deixo a quem me ouve (e a quem me vier a ler) a decisão quanto a constituir o fato *reconhecimento público* ou, antes, crença que não chegue a tanto.

2.3 De um modo geral e ressalvados alguns pormenores, que penso não caber aqui destacar, estou de acordo com os fatos arrolados por FROELICH. As observações que a meu ver seria possível fazer-lhe situam-se num nível teórico. E, a rigor, referem-se ao conceito mesmo de diglossia e à amplitude de sua aplicabilidade a situações sociolingüísticas concretas.

2.3.1 O artigo de FERGUSON, que, de acordo com o próprio autor, “deve ser encarado como preliminar” (p.100), suscitou nos vinte anos decorridos desde sua publicação refinamentos e sutilezas de grande utilidade no enfoque da diversi-

dade lingüística. A ponto de se passar a falar, por exemplo, de *pluri/bilingüismo com diglossia*, que corresponde no Brasil ao caso de muitos indígenas e imigrantes ou descendentes de uns e outros, quando “a situação análoga [aos casos-tipo que estuda] em que duas línguas distintas relacionadas ou não são usadas lado a lado em toda a comunidade lingüística, cada qual com um papel definido” (*ib.*), foi excluída do alcance não do conceito mas do artigo. Em todo caso, como o artigo de FROELICH cinge-se aos marcos estabelecidos no de FERGUSON e procura segui-los com o máximo rigor, meus comentários não vão levar em conta os desdobramentos mencionados.

2.3.2 Em primeiro lugar, não me parece produtivo operar com os conceitos de ‘diglossia’ e ‘língua padrão’ numa relação dicotômica em que um possa excluir o outro. Entre as dificuldades quanto à segunda, pela acima mencionada (1.2.1) de defini-la de modo consistente: as tentativas nesse sentido que conheço são todas sociológica — e portanto sociolingüísticamente, pouco convincentes por trazerem implícito (e às vezes explícito) o resultado que se propõem atingir como um *a priori* etnocêntrico. A falta de rigor na definição — em casos extremos como os do italiano, do persa, do árabe de Bagdá citados por FERGUSON — é pouco perturbadora, talvez. No caso do português do Brasil, porém, basta ler o que diz FROELICH sobre a escassez de “estudos da variedade B” (p.172, no item *padronização*), sobre a diglossia (“talvez não tanto” (p. 173) ou “não há uma distinção clara e nítida a esse respeito” (p.174)) no léxico e, na página 176, a 4.^a consideração das doze em que apóia sua conclusão — “Não há uniformidade alguma quanto às verdadeiras características fonéticas do português culto” — para compreender que uma coisa é lidar com PADRONIZAÇÃO, enquanto processo, outra com ‘língua padrão’ — resultado do processo e que, uma vez obtido, não elimina necessariamente a ‘diglossia’, com a qual não está, portanto, numa relação de ‘disjunção exclusiva’.

2.3.3 O traço característico que me parece de maior relevância para identificar proveitosamente situações de diglossia é — excluídos os casos de pluri/bilingüismo — o fato de as duas variantes de uma língua natural coexistirem “numa mesma comunidade, cada uma desempenhando papel definido” (FERGUSON, p. 99), na definição que *data venia* prefiro à “definição mais completa” (p.111) tentada pelo mesmo FERGUSON. Como é normal em qualquer ‘categoria sociológica’ e em virtude disso em qualquer ‘categoria sociolingüística’, sua ocorrência empírica não pode escapar de gradações. Veja-se, por exemplo, a referência de FERGUSON ao chinês — “provavelmente representa a diglossia em escala mais ampla do que qualquer exemplo demonstrado” (p.113) — e os quatro casos que selecionou para seus propósitos: árabe, grego moderno, alemão-suíço, crioulo haitiano. É sempre difícil marcar limites nos *continua* que correspondem empiricamente a essas escalas: só os casos extremos, ou deles muito próximos, oferecem nitidez suficiente para uma decisão segura. Se aceitarmos como traços identificadores de situações empíricas de diglossia os que só rara e muito excepcionalmente deixam de ocorrer (se em algum caso deixam) nas ‘línguas naturais’ — “todas... constituídas por conglomerados de variedades com maior ou menor grau de homogeneidade” (p. 168, antes citada (2.1.)), como reconhece FROELICH — a

'categoria' perde sua eficiência e reduz-se a um 'nome' novo para um fato já antes satisfatoriamente batizado: "diversidade na unidade".

2.3.3.1 | Como ficou dito (2.3), de modo geral estou de acordo com os fatos que arrolou FROELICH, enquanto fatos. Mas estou convencido, até demonstração do contrário, de que esses fatos não marcam sociolingüísticamente no português do Brasil uma situação de 'diversidade (na unidade)' que justifique batizá-la com o novo nome: ou a 'categoria' é taxonomicamente relevante por corresponder a distinções entre realidades empíricas necessárias, ou não faz falta. Veja-se que, embora os desdobramentos ou refinamentos do conceito de FERGUSON tenham levado a incluir exemplos de diglossia no inglês norte-americano (como o batizado por LABOV *non-standard-black-English*; lembro, porém, que [em 2.3] preveni: meus comentários não os levariam em conta), no artigo que serve de base a FROELICH, pares do léxico como *illumination*~*light*, *purchase*~*buy*, *children*~*kids* são apresentados como "os mais próximos paralelos" (p. 109) dos exemplos dados para o árabe, para o grego e para o crioulo haitiano, mas com a advertência de que "a distância não é tão grande no caso das duplas correspondentes na diglossia" (*ib.*) e, mais, com a advertência de que "a dimensão formal-informal em línguas como o inglês [e o português, penso poder-se acrescentar e não apenas no tocante ao léxico] é um *continuum* [grifo e latinização meus] no qual o limite entre duas formas em diferentes pares pode não chegar ao mesmo ponto" (*ib.*).

2.3.3.2 Se acrescentarmos a tudo isso passagens do texto de FROELICH como (ampliando citação anterior) "no português do Brasil não há uma distinção clara e nítida a esse respeito, como existe em regiões típicas de diglossia, como, por exemplo, no árabe" (p.174, a propósito do léxico); se reconhecemos que em boa parte o mesmo poderia ser dito — um dos pontos em que divirjo do autor — dos pares que aparecem deslocados na página seguinte (inteligente, *pespicaz*~*vivo*; *necessidade*~*precisão*; *maledicência*~*fofoca*; *traumatizar*~*ofender*, *chocar*; *culinária*~*cozinha*) em vez de distingui-los dos anteriores como casos em que "formas cultas (com sentidos específicos), são substituídas na expressão oral da variedade B por outras formas de cunho e conotação mais populares", e ainda, sobre a fonologia: "De modo geral, podemos dizer que a diferença entre as duas variedades é relativamente moderada..." (p.174), se confrontarmos essas passagens com a advertência do autor: a diferenciação lingüística é um fato universal, mas a situação de diglossia não é universal porque implica na existência de distinções padronizadas quanto à função, entre duas variedades ou estilos de uma mesma língua, no decorrer de um período histórico relativamente extenso" (p.168), penso que ficam claras as dificuldades que encontro de ver no português do Brasil uma situação de diglossia (o particular) e não de 'diferenciação lingüística' (o geral, ou universal) pura e simples, cuja complexidade me parece inegável e cujo conhecimento, real e realístico, nada teria a lucrar com a redução teórica a um par de variedades, "cada uma desempenhando um papel definido".

3. Como conclusão, volto à para mim ideologia, ou manipulação do mito, e ao conhecimento objetivo da realidade lingüística brasileira, com que comecei. Nos últimos anos, *felizmente e para honra nossa*, numerosos trabalhos que contribuem para restabelecer "o equilíbrio entre o estudo da 'convergência' e o da

'divergência' lingüísticas" no Brasil têm sido ou vêm sendo desenvolvidos. Números, relativamente, mas não a ponto de, por enquanto, invalidar por exemplo observações como a de FROELICH: "os estudos da variedade B [a "também chamada inculta, familiar, popular, ou rural, ou ainda rotulada por outros nomes" são muito escassos, começaram a surgir só recentemente em trabalhos de descrição lingüística com orientação moderna, tratando geralmente de problemas regionais, ou típicos de certas áreas" (p.172). Posso dizer sem falsa modéstia que tenho assinado, orientado, coordenado ou simplesmente estimulado alguns deles, dentro de minhas limitações de vária ordem. Julgo estar assim contribuindo há mais de vinte anos para tornar menos assistemático e menos fragmentário aquele conhecimento. Não sei o que diriam os outros que estão nesse caso, mas quanto a mim não estaria, e tanto tempo, se reconhecesse a "esplêndida unidade de Norte a Sul, de Leste a Oeste" do português do Brasil, ou que o Brasil "é um país unilíngue"; se aceitasse ver as sobrevivências "das antigas línguas indígenas e africanas como "bolsões inexpressivos" ou excluir as "línguas dos povos imigrantes" — sob alegação de que "tendem sempre a se deixar absorver pela língua oficial do Estado brasileiro" — da nossa realidade lingüística. Passemos aos debates, que têm a vantagem de atenuar a assimetria dos lugares que ocupamos nesta sala.